



AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CERTIFICAÇÃO ATRAVÉS DO ENEM

Simone Gonçalves Silva - UFPel ¹

Resumo: Neste texto investigamos as implicações no campo educacional e no mercado de trabalho do processo de certificação do Ensino Médio proporcionado pela aprovação no Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que tem como técnica de coleta de dados entrevistas semi-estruturadas realizadas junto à professores, à 18ª Coordenadoria Regional de Educação e à uma empresa. O estudo tem como referencial teórico as contribuições de autores como: Haddad, Kuenzer, Pierrô, Jiménez Jáen, Tardif e dentre outros, que trabalham com pesquisas no campo da educação e trabalho e do exercício docente. Os depoimentos coletados apontam para uma série de interferências na concepção de formação no Ensino Médio/EJA. No qual, essa nova condição do ENEM infere na construção e disseminação de novos sentidos e significados acerca do que compreende ensinar e aprender.

Palavras-chave: Exames supletivos; EJA; Educação; Trabalho; Docência.

Introdução

No contexto do mundo atual, globalizado e tecnologicamente desenvolvido, percebe-se mudanças na organização do trabalho, que trazem novas implicações nas relações educativas. Estas transformações tecnológicas reestruturam a organização produtiva e vem apontando para uma produção mais aligeirada, com menor custo benefício sem perder de vista a qualidade. Tais mudanças influem na divisão social e técnica de trabalho, e conseqüentemente alteram as relações entre trabalho e educação. A exigência de maior escolarização para ocupar os novos postos de trabalho, acabam por reconfigurar o papel do processo educativo na formação do trabalhador no atual momento histórico.

Na busca por melhores condições de trabalho, por novos e promissores cargos a população procura por escolarização rápida, e assim percebe-se a educação assumindo um papel de mercadoria, privilegiando-se o desenvolvimento de competências e de habilidades e aligeirando-se os processos formativos através das certificações. As certificações se tornam

¹ Pedagoga pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Mestranda em Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). *E-mail:* simone_goncalves_silva@yahoo.com.br

produtos nesse mercado competitivo e individualista, com a promessa da empregabilidade e alcance da ascensão social.

Com base nesse novo paradigma em torno das exigências do mundo do trabalho é que surgiu a lógica dos exames de certificação. Os exames de certificação estão assegurados pela Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a qual os define como uma modalidade a distância da Educação de Jovens e Adultos. Esses são reconhecidos como um direito dos jovens e adultos, e se configuram como uma política de expansão dos níveis de escolarização, sendo possível certificar e institucionalizar os conhecimentos dos muitos sujeitos que se afastaram do contexto escolar. A procura desse instrumento por muitos jovens e adultos está relacionada com questões econômicas de emprego e renda.

Neste trabalho investiga-se as implicações do exame de certificação proporcionado pelo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) na relação com o Ensino Médio presencial e as práticas de Educação de Jovens e Adultos. O interesse está em problematizar como esta nova conjuntura vem incidindo sobre os saberes e os fazeres dos profissionais da educação nesse nível e modalidade de ensino; como os gestores que certificam, no caso a 18ª Coordenadoria Regional de Educação – RS –, percebem esta nova modalidade de certificação; e ainda, o impacto deste processo no mercado de trabalho – indaga-se se existe diferença entre um trabalhador com certificação e outro que frequentou o ensino presencial na perspectiva do empregador. Nesse sentido, almeja-se compreender os efeitos no campo educacional e no mercado de trabalho do processo de certificação do Ensino Médio proporcionado pela aprovação no ENEM, considerando sua emergência e as formas como vem se colocando no município de Rio Grande.

O estudo apresentado configura-se como uma pesquisa qualitativa, um estudo de caso, que não se propõe a conclusões generalizáveis, problematiza-se especificamente os efeitos da certificação no Ensino Médio da cidade do Rio Grande. O trabalho constitui-se em três momentos: primeiro um enfoque histórico sobre a temática de certificação e a legislações que asseguram essa prática no contexto atual. Depois a pesquisa será voltada para o contexto da cidade de Rio Grande. Nessa direção apresenta-se as análises de entrevistas semi-estruturadas realizadas com os professores do Ensino Médio da maior Escola de Ensino Médio modalidade EJA; com a coordenadora pedagógica que emite as certificações na 18ª CRE; e com a responsável pela contratação de trabalhadores de uma empresa empregadora de grande porte cujo estabelecimento na cidade causou o aumento da procura por certificação.

Trajetória da Educação de Jovens e Adultos

Recuperar os processos de escolarização de Jovens e Adultos que não tiveram acesso à escola ou que dela evadiram vem se constituindo em um grande desafio no campo das Políticas Públicas Educacionais Brasileiras no que tange a democratização do ensino. Nessa direção, nas últimas décadas muitos foram os investimentos na EJA e no íterim destas investidas de governo encontramos os exames supletivos, como o Exame Nacional para Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos –ENCCEJA, no nível do Ensino Fundamental, e o Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM, no nível do Ensino Médio. Para compreender como chegamos a estes dois instrumentos resgatamos minimamente a trajetória da educação de jovens e adultos, e nesta tentativa de (re)contar os caminhos traçados utilizamos estudiosos como: Haddad (1987, 2000, 2007), Brandão (2006), Di Pierro (1992, 2000, 2001, 2005).

Neste sentido, ao situar a trajetória da Educação de Jovens e Adultos, na tentativa de evidenciar os caminhos percorridos até a formulação da legislação vigente, percebe-se que os exames de certificação do ensino sempre existiram, denominados exames de madureza, mas que eram destinados a atender a antiga nobreza, a fim de certificar os estudos realizados em casa ou nas instituições, sendo uma avaliação que possibilitava o acesso ao Ensino Superior. Fica evidente, nesse tempo que a classe popular, não tinha acesso as estes exames, já que os índices de analfabetismos eram elevados.

Com a instauração do sistema capitalista no país, a pressão da estrutura econômica externa e a expansão da industrialização, os baixos índices de escolarização se tornam evidentes, sendo necessário investimentos na qualificação da mão de obra, ocorrendo uma reestruturação no sistema educativo. É dentro dessa conjuntura que emergem as reformas educacionais e os atos legais destinados à educação. Sendo assim, a certificação, surge como um instrumento de estabilidade econômica e diminuição das desigualdades de emprego e renda, possibilitando que os conhecimentos dos jovens e adultos “fracassados” no âmbito escolar possam ser legitimados assim como os que frequentaram as etapas oferecidas e as concluíram nas instituições escolares.

A primeira ação jurídica e suas reformulações que definem e regularizam a educação brasileira, vem sendo mantido e implementado os exames de supletivos. Com a primeira Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 de 1961, são reconhecidos legalmente os exames de madureza, que permite a obtenção de certificado de conclusão do ensino, esta vista como educação funcional que prepara mão de obra, sem relação nenhuma com concepção de educação destinada aos jovens e adultos. Na segunda versão a Lei das Diretrizes

e Bases da Educação Nacional nº 5692 de 1971, cria um capítulo destinado ao Ensino Supletivo, que incorpora a idéia de aceleração do ensino de jovens e adultos, sob o enfoque complementar e acessório que trata de suprir as carências de escolarização dos sujeitos que não tinham seguido ou concluído os estudos na idade regular. A legislação mantém os exames de madureza que a partir da reformulação passam a ser denominados exames supletivos. Com a terceira LDBEN/96, legislação vigente, houve grandes conquistas no campo dos direitos a educação aos jovens e adultos, principalmente deixando de ser Ensino Supletivo para ser modalidade de ensino EJA e integrando a Educação Básica em caráter regular. A legislação assegura também a manutenção dos exames supletivos.

No momento, a responsabilidade da aplicação e confecção dos exames sofreram alterações, primeiramente eram demandas das instituições de ensino e depois passaram a ser trabalho dos Conselhos de Educação. Desde de 2002, a “produção das provas” são asseguradas como políticas públicas do Ministério da Educação, através do ENCCEJA, para os Ensino Fundamental e Médio, a fim de subsidiar as Secretarias Estaduais de Educação, no que tange a obrigatoriedade da oferta de EJA na modalidade a distância.

Neste novo formato a confecção das provas, a aplicação, a correção e a divulgação dos resultados foi delegada ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), sendo que os dados finais serão encaminhados as Secretarias de Educação dos Estados, para emissão dos certificados. O estado pode aderir, não sendo obrigatório a parceria, pois a legislação garante uma avaliação destinada a EJA, sendo de incumbência das Secretarias Estaduais de Educação. No caso do Rio Grande do Sul foi firmado convênio de certificação através das provas realizadas a nível federal a partir de 2007.

No ano de 2009 a certificação do Ensino Médio passa a ser garantida pelo ENEM, deixando de ser de responsabilidade do ENCCEJA, esse que passa a certificar somente o Ensino Fundamental.

Sendo assim, percebe-se que as políticas públicas são criadas para garantir a qualidade da educação, dentro das perspectivas atuais de governabilidade. A EJA vem se constituindo ao longo do tempo e garantido seu espaço no campo dos direitos e na política pública.

A educação de jovens e adultos se destina aqueles jovens e adultos que por diversas situações não tiveram acesso ou não puderam dar continuidade aos seus estudos. Percebemos que um dos fatores que causa a evasão escolar dos jovens e adultos é a necessidade de trabalhar, e é esse mesmo motivador que os faz retornar para a escola ou buscar a certificação através dos exames supletivos. Tal realidade é considerada por Gomes et al.(2005): “a necessidade de certificação é uma plataforma de avanço na carreira profissional e de

superação da pobreza (p.23)”. A certificação exerce um grande papel na maneira como a lógica do mercado de trabalho vem se configurando, se reestruturando. Na intenção de globalizar as oportunidades de emprego de uma determinada classe social e cultural, a nova possibilidade de certificação do ENEM, pode estar se configurando como mais uma política pública educacional de caráter compensatório.

Nesse sentido, questionam-se quais os significados e sentidos que vem sendo construídos socialmente acerca do que se compreende ensinar e aprender nesse nível de ensino. Com base nessas inquietações que procura-se apresentar o impacto dessa certificação em um contexto específico, mais precisamente na cidade do Rio Grande.

Problematizando a certificação do Ensino Médio/ENEM em Rio Grande-RS

A cidade de Rio Grande está localizada ao sul do estado do Rio Grande do Sul com extensão territorial 2.709,534 (km²) e possuindo atualmente 197.228 habitantes². Conhecida economicamente pelo porto, que atualmente tem sido palco para o desenvolvimento naval e costeiro, com a vinda dos Estaleiros e com a construção de Plataformas de Extração de Petróleo, além das atividades portuárias de exportação e importação. O número de empresas em Rio Grande é crescente, em pesquisa junto ao Ministério do Trabalho, procuramos saber quais os maiores empregadores da cidade e obtivemos uma listagem com 62 empresas, com mais de 100 funcionários, mas existe um grande número de empregadores que não foram identificados, pois sua matriz não está vinculada ao registro regional do município.

É partindo desde contexto específico que se problematizam os efeitos da certificação do Ensino Médio, através do ENEM. Os dados para análise foram coletados, através de entrevistas semi-estruturadas, junto aos professores do Ensino Médio e Ensino Médio modalidade EJA - na escola com maior índice de alunos matriculados na EJA Ensino Médio -; à chefe dos Recursos Humanos - um dos maiores empregadores do município e que provocou a procura pelo certificado na 18ª Coordenadoria Regional de Educação para garantir uma vaga de emprego -;e à 18ª Coordenadoria Regional de Educação. Nessa direção trata-se de uma pesquisa qualitativa, um estudo de caso que se pretende um ensaio científico sem a pretensão de generalizações. A proposta é problematizar a temática para posteriores investimentos investigativos (MINAYO, 2008).

Ao conferir certificação o ENEM, passa a se configurar como mais uma política pública educacional, destinada aos jovens e adultos. Para uma melhor compreensão dos

² Dados informados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE senso de 2010.

efeitos da certificação no mercado de trabalho, teve-se a intenção de verificar junto aos empregadores a percepção acerca dos trabalhadores contratados que possuíam certificação via ENEM e foi selecionada a que mobilizou os trabalhadores a busca desenfreada pela certificação e que também se dispôs a colaborar com a pesquisa. Esta pequena amostra tem como objetivo apresentar um pouco sobre a perspectiva daquele que emprega. Busca-se na entrevista com a responsável pelos recursos humanos entender em que medida o nível e a modalidade de escolaridade se tornam uma estratégia de recrutamento, e como esse condicionante pode influenciar no desempenho do posto de trabalho a ser ocupado.

A pesquisa junto à empresa, a partir do depoimento do responsável pelo setor de contratação, demonstra a percepção de que o trabalho é um seguimento da educação. Neste sentido, a entrevistada afirma que é possível identificar os trabalhadores que advêm da modalidade de ensino via certificação. Para ela, existem diferenças de quem frequentou o espaço escolar e de quem não frequentou, o que implica em maior ou menor competência no raciocínio lógico, na linguagem, na criticidade e na comunicação. A entrevistada ainda relata que a obtenção de certificação via ENEM, não interfere diretamente na qualidade profissional do trabalhador, e sim compromete em certa medida futuros processos de formação. A depoente diz que o desempenho qualificado do trabalhador não é assegurado somente pela formação da escola, mas também pela postura individual, sendo que o importante para a empresa é o diploma que exige como mínimo de escolaridade o Ensino Médio, para que o trabalhador possa fazer parte da seleção da vaga e ser futuramente admitido. Este depoimento vai ao encontro do que afirmam os autores Alves e Almeida (2009):

No âmbito dos postos de trabalho qualificado, sabe-se que as credenciais escolares são elementos fundamentais da avaliação por que passa o candidato à vaga no processo de seleção. As credenciais aparecem, num primeiro momento, como instrumento de uma separação no interior do grupo de todos os indivíduos que estão em busca de um emprego. Elas definem os indivíduos que podem ser considerados candidatos legítimos à vaga naqueles casos em que as empresas pedem expressa e explicitamente que eles tenham concluído algum grau de ensino ou alguma formação escolar específica (p. 944).

Nesta mesma linha, percebe-se que a certificação para a empresa analisada, está mais relacionada com critérios de seleção, não estabelecendo uma relação de que o trabalho é um seguimento prático dos aprendizados teóricos dos espaços educativos, não importa os meios e sim o documento, vale ressaltar que a empresa não pode excluir um trabalhador pela modalidade de certificação, pois esta modalidade de escolarização está assegurada pela legislação.

O ENEM tem aumentado os índices de escolarização da população em nível médio. Sendo assim, a empresa criou mais um critério de seleção, para restringir as vagas. Trata-se de uma avaliação dos aprendizados escolares, evidenciando um modelo de educação tradicional, e privilegiando duas áreas de conhecimento: a matemática com uma lista de exercícios e o português contendo uma redação. A partir do depoimento da chefe dos recursos humanos e do acesso ao modelo do teste de seleção aplicado, é possível afirmar que o recrutamento apresentado fragmenta o trabalho e a educação, ou seja, as habilidades e competências certificadas parecem não ter relação com a função a ser exercida pelo trabalhador. Constatou-se que os testes avaliam conteúdos relativos ao nível de Ensino Fundamental, sem qualquer menção a saberes de competências do Ensino Médio. Assim, a necessidade de apresentar comprovação de conclusão do Ensino Médio parece servir simplesmente para outro propósito como assinala Kuenzer (2006), o de garantir a certificação da qualidade da empresa, que precisa ser reconhecida por admitir funcionários qualificados: “tendo em vista as auditorias de qualidade, têm custo, é mais fácil e barato comprovar competência por meio do certificado escolar, cabendo ao trabalhador o ônus da prova (p. 42).”

O interessante a destacar é que a modalidade de certificação e os conhecimentos oriundos da escola, não trazem impactos para a qualidade do profissional, segundo a entrevistada, estes são utilizados apenas como critérios de recrutamento. Para a empresa, ser considerado um bom funcionário restringe-se ao empenho do trabalhador, ao esforço empreendido por este para desempenhar sua função.

A necessidade de manutenção do emprego, o temor cada vez mais crescente da substituição por outro indivíduo mais competente ou mais ajustado e a introjeção dos novos discursos empresariais por grande parte da classe-que-vive-do-trabalho são alguns dos fatores que conduzem à expansão da busca pelo desenvolvimento eficiente e eficaz do ofício, ao desdobramento flexível e dinâmico e a uma constante atualização e aprimoramento intelectual e emocional. Estes são dados que certamente têm fomentado o aumento da competitividade, não somente interempresarial, mas interpessoal e fortemente individualizante, transformando notoriamente o espectro das relações de trabalho e das relações sociais em sua amplitude, (FIDALGO; FIDALGO, 2007, p.26)

Esta perspectiva tem como central a responsabilidade individual, aspecto que marca as relações do atual momento histórico, em uma sociedade que privilegia o individualismo e a competitividade, privatizando o sucesso e o fracasso de cada um e de cada uma. Pode-se inferir que os empregados produzirão em grande escala e com mais qualidade, impulsionados pelo sentimento de disputa acirrada no qual está em jogo a manutenção do emprego e prováveis promoções.

Os novos requisitos impostos pelo setor produtivo em torno do diploma estão presentes também na justificativa, do setor responsável pela emissão do certificado de

conclusão ou de progressão parcial dos conhecimentos abordados no exame, no caso a 18ª Coordenadoria Regional de Educação. Nas palavras da coordenadoria esta modalidade a distância da EJA, atualmente possibilitada pelo ENEM, é uma política de caráter compensatório, mas que é imprescindível para a universalização da Educação Básica, a qual compreende, apenas como uma prática de acesso à educação que depois será extinta.

Neste sentido, de pensar a universalização do acesso, a responsável pela Coordenadoria, acredita que o ENEM pode reestruturar qualitativamente o Ensino Médio. Para a entrevistada, o ENEM pode garantir mais qualidade nesse nível de ensino, criando estratégias que contemham a evasão e investindo-se em formação de professores. Além de tornar uma matriz de referência que avalia o Ensino Médio e possibilita o professor a distanciar-se dos conteúdos individualizados e possibilita uma interdisciplinaridade e contextualização da significativa da aprendizagem no aluno, visualizando a estrutura da prova em aspectos positivos de abranger os conhecimentos.

A pretensão era investigar junto a Coordenadoria, enquanto gestora estadual no município de Rio Grande, sendo que o Ensino Médio de responsabilidade do estado, os efeitos que os exames supletivos podem desencadear na procura pelo Ensino Médio EJA nas escolas de sua abrangência. O depoimento afirma que não existem interferências de procura nas escolas e que pelo contrário a EJA tem aumentado o número real de matrículas, pelo crescimento e desenvolvimento econômico da cidade, a responsabilidade da nesse processo coordenadoria é de caráter burocrático de assegurar o direito dos jovens e adultos, que já obtiveram êxito na prova.

Ao proceder à analítica dos efeitos da certificação na perspectiva dos docentes sendo escolhida a maior escola pública estadual do município do Rio Grande para recolhendo dos depoimentos sobre o impacto desta certificação na perspectiva dos professores que atuam no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos. Apesar da coordenadoria perceber que tal possibilidade não tem implicações na manutenção ou no aumento da matrícula no Ensino Médio/EJA, os discursos presentes na escola demonstram um outro lado.

Durante a pesquisa junto aos professores percebe-se todo um descontentamento sobre o ENEM e principalmente sobre a possibilidade de certificação do Ensino Médio. O primeiro argumento afirma que essa nova condição do ENEM implica na abreviação do tempo de aprender e de ensinar, o que tem gerado a desqualificação do espaço escolar como lugar de formação.

Para os entrevistados o tempo na escola se tornou esvaziado de sentimentos prazerosos, sendo entendido como uma obrigatoriedade. E quanto menor tempo se passa na

escola melhor, gerando todo um desinteresse pelo processo de aprendizagem. Observa-se que o tempo criou um caráter de produção, em uma lógica de quanto menos tempo se investe mais quantidade, o tempo escolar fica reduzido à produção de capital.

Nessa direção, os professores entendem que entre os motivos da evasão no Ensino Médio, ainda apareça o ingresso cada vez mais cedo de jovens no mercado de trabalho, mas principalmente a possibilidade de certificação dos mesmos conhecimentos que podem ser validados diante de uma avaliação, dispensando os sujeitos da frequência no contexto escolar.

Há tempos se reconhece a crise na concepção da escola como espaço de aprender em um mundo dinâmico de produção de conhecimentos, parece haver descompassos entre o que acontece no cotidiano da vida das pessoas e os interesses de ensino e de aprendizagem propagados pela instituição escolar. O desinteresse do alunado vem marcando as dificuldades do trabalho docente, nessa mesma perspectiva, as certificações reafirmam tal descontentamento, aligeirando a formação e legitimando a desqualificação da escola. O tempo vivido na escola vem sendo questionado como pouco produtivo para os padrões da sociedade em que vivemos. Vivenciamos uma sociedade, segundo Bauman (2009) onde as coisas são descartáveis servem somente para determinados momentos, nada é para durar e sim para utilizar em sua máxima potência. Isso se reflete e constitui a organização dos processos educativos, como a compreensão do tempo no qual tudo é passageiro e deve ser aproveitado ao máximo, acumulando capital cultural, que possivelmente terá uma breve sobrevida. O certificado do Ensino Médio serve para a empregabilidade, desqualifica o fazer escolar e o estar em um processo formativo.

A problemática da certificação também implica, desde a análise da fala dos entrevistados, na desqualificação do papel do professorado. Para os professores há uma redução do seu conhecimento, já que encontramos os saberes dos professores e a importância destes para a formação dos alunos sob interferências dos modos de produção e por políticas controladoras do estado, resultando numa “proletarização ideológica, a perda de controle sobre os fins de seu trabalho (JÁEN, 1991, p.79)”. Esta condição traz uma sensação de perda da autonomia dos seus saberes e dos fazeres pedagógicos.

O papel do professor, a partir do sentimento dos entrevistados, vem sofrendo uma intensa desvalorização, principalmente no que tange a desqualificação de suas práticas que passam a ser reestruturadas a partir da lógica das novas matrizes de referência como afirma Sousa (2003): “o ENEM apresenta-se com um potencial maior de condicionar os currículos escolares, ou seja, ensina-se para se obter bons resultados no exame (p.183)”. A partir da instituição do ENEM, o professor passa a ter que preparar os alunos para um melhor

desempenho no exame reorientando a organização curricular e influenciando sobremaneira na prática pedagógica, nas opções metodológica dos docentes. Esta preocupação também está nas palavras da coordenadora da 18ª CRE, a entrevistada aponta para um intenso processo de reestruturação do ensinar e do aprender a partir da lógica do ENEM. No qual constitui uma visão positiva da avaliação como sendo um mecanismo que orienta o trabalho docente, mas para os docentes, no entanto, existe todo um descontentamento, pois estes afirmam investir em materiais, em metodologias e em avaliações, que no ínterim do exame são desconsideradas.

Ainda esta estratégia de certificação pode interferir em conhecimento vazio que distorce o sentido de possibilitar a democratização das oportunidades educacionais. Pois o principal objetivo é consolidar ações que almejam o parâmetro de qualidade dos índices alcançados pelos países desenvolvidos, a pressão externa da UNESCO para o aumento do nível de escolarização da população brasileira, e a promessa de empregabilidade rápida, constituem a argumentação que fundamenta e justifica a prática de certificação do ensino através de exames supletivos, na atual conjuntura. Observa-se que a ampliação do acesso ao Ensino Médio vem gerando uma desqualificação deste nível de ensino, tendo como práticas economistas da estrutura física e pedagógica que são insdicutiveis para se pensar em qualidade na educação.

A organização escolar foi idealizada a partir das organizações industriais (tratamento de massa e em série, divisão extrema do trabalho, especialização, etc.) e o ensino, como uma forma de trabalho técnico susceptível de ser racionalizado por meio de abordagens técnico-industriais típicas, como o behaviorismo clássico. (TARDIF, 2002, p.22)

Dentro da ótica economicista e mercadológica que marca o cenário social atual percebe-se cada vez mais a incidência dos interesses privados no universo escolar, instituindo uma outra concepção de educação. Nessa mesma lógica, as mudanças nas maneiras de produção da contemporaneidade implicam em novas exigências para o processo de escolarização visando a formação de um novo trabalhador. É necessário um trabalhador com novas competências e habilidades o que demanda uma nova organização educativa ancorada em também novas práticas pedagógicas. Ter escolarização configura possuir credenciais de entrada no mundo do trabalho, nesse sentido, os sujeitos procuram investir em formação contínua buscando garantir boa colocação em termos de empregabilidade o que pode possibilitar ascensão social.

Segundo os entrevistados os testes são necessários para que os excluídos do sistema escolar possam ingressar no mundo do trabalho e avançar na trajetória ocupacional. Diante

dessa conjuntura os exames, se configuram como um direito dos jovens e adultos trabalhadores objetivando a inclusão social, possibilitando aos sujeitos acesso aos conhecimentos oficiais, aos avanços tecnológicos e a qualificação profissional. Nesse sentido procuramos constituir um olhar externo dessas afirmações no que se refere compreender o direito à educação e ações inclusivas para certificação do processo educacional.

Para Haddad (2003), o direito à educação é uma vocação ontológica do ser humano de querer ser mais. Estamos sempre em formação quer seja nos espaços educativos formais, quer seja nos espaços não formais. Mas a escola desempenha um papel fundamental “o sujeito que passa por processos educativos, em particular pelo sistema escolar, é normalmente um cidadão que tem melhores condições de realizar e defender os outros direitos humanos (saúde, habitação, meio ambiente, participação política etc) (p. 201)”. Percebe-se que o sistema escolar não consegue atingir a grande maioria da população, mesmo sendo a educação direito de todos e dever do Estado. As políticas educacionais trazem em seu discurso a premissa de incluir os cidadãos, e, parece que contraditoriamente os exames de certificação como pressuposto de inclusão podem estar excluindo os sujeitos da oportunidade de freqüentar o contexto escolar. Estar na escola, desfrutar de um espaço construído para ser um ambiente de aprendizagem parece que, no contexto da certificações, pode estar se tornando privilégio de poucos.

Ainda em relação ao direito à educação escolar, é necessário não condicioná-la à necessidade do mercado, como função meramente voltada ao campo econômico. Nos últimos anos, premidos pelas políticas neoliberais e pela hegemonia dos valores do mercado, muito pouco se veiculou sobre a educação como um direito para a formação para a cidadania, como formação geral do indivíduo. O discurso hegemônico é o de reduzir a educação como função para o desenvolvimento econômico, para o mercado de trabalho, para formar mão-de-obra. Não podemos desqualificar a importância que tem a educação como processo de preparação para o mercado, mas ele é absolutamente insuficiente para explicar todas as dimensões do que é a Educação como Direito Humano. (HADDAD, 2003, p.202)

O direito de jovens e adultos a educação a partir dos sistemas de certificações, pode estar se instituindo com uma política pública que se objetiva a inclusão, mas que vem sistematicamente excluindo o direito à educação, à um processo formativo que considere o indivíduo em todas as suas dimensões e não apenas no âmbito da preparação para o trabalho nos limites de conhecimentos básicos. Assinala-se ainda, o custo benefício, na qual o Estado viabiliza o crescimento dos índices de escolarização com maior economia e em grande escala, como afirma Kuenzer (2011): “passando a buscar a compreensão dos processos pedagógicos escolares e não escolares a partir do mundo do trabalho, tomando o método da economia política como diretriz para a construção do conhecimento (p.53).”

A garantia da educação básica destaca-se a EJA, deve constituir políticas tendo em vista a expansão do Ensino Médio e com qualidade, no qual as práticas pedagógicas procurem romper com a reprodução da ideologia capitalista, ao olhar para as especificidades dos educandos. A inclusão no contexto educativo pode possibilitar a abrangência da enorme diversidade cultural e social de nossos estudantes, pode consolidar um processo de participação e formação integral e mais do que desenvolver a autonomia individual tem o potencial de constituir-se como um elemento antagônico na luta pela transformação da sociedade atual.

Ao refletir sobre a educação como processo permanente de construção de conhecimento, é possível superar a concepção de ensino e de aprendizagem focada em aspectos técnicos rumo a outra, caracterizada por uma concepção epistemológica que busca nas relações inter-pessoais o conceito para a construção, ressignificação e consolidação de conhecimentos, considerando os saberes constituintes dos sujeitos participantes do processo ensino-aprendizagem.

Considerações Finais

Conforme anunciado inicialmente e reiterado durante toda a escrita este trabalho, que teve a certificação do Ensino Médio/EJA através do ENEM como objeto de investigação, almejou compreender as implicações dessa política no campo educacional. A pretensão não era apresentar um estudo histórico sobre os movimentos que constituíram os caminhos da EJA, que se consolida em espaços não formais e de grandes lutas. Mas tinha o propósito de recuperar alguns dados que demonstrassem a EJA como um direito formalizado pela legislação.

A legislação vigente assegura o direito dos jovens e adultos, como dever de oferta obrigatória, responsabilidade pública e integrante da educação básica, passando a ser compreendida como uma modalidade de ensino. Os estudos realizados constituem a possibilidade de destacar que muitas foram às conquistas, mas ainda existem grandes entraves na constituição da EJA, no que se refere ao direito à educação de qualidade.

Percebemos que o campo de escolarização de jovens e adultos é um tema muito controverso, estando sempre no centro das discussões a perspectiva de acompanhar as mudanças no mundo do trabalho como central. Reitera-Se que não somente a EJA, mas todo o sistema educacional vem sofrendo questões candentes na contemporaneidade, como a intensificação dos processos de certificação, derivadas das novas formas de produção e de regime de acumulação do sistema capitalista.

A investigação no município de Rio Grande, em três contextos específicos, junto aos professores, a 18ªCRE, e a empresa teve como pressuposto analisar a hipótese que a certificação do Ensino Médio através do ENEM possa estar implicando na construção e disseminação de novos sentidos e significados acerca do que compreende ensinar e aprender neste nível de ensino.

As análises dos depoimentos coletados apontam para uma série de interferências sobre os fazeres cotidianos na formação dos estudantes do Ensino Médio e Ensino Médio/EJA. Entre elas, destaca-se a desvalorização dos docentes; a desqualificação dos investimentos pedagógicos realizados na escola; o reforço de uma perspectiva utilitarista dos conhecimentos; e a predominância de um caráter aligeirado nos processos formativos, com menor custo benefício e de qualidade duvidosa; a reestruturação do currículo a partir da lógica das novas matrizes de referência; a abreviação do tempo de aprender e de ensinar, o que tem gerado a desqualificação do espaço escolar como lugar de formação; a divisão de trabalho intelectual e manual; as interferências das mudanças do mercado de trabalho na concepção de escola e na sustentabilidade de políticas educacionais.

Por fim, afirma-se que a condição do ENEM de conferir certificação ao Ensino Médio/EJA, que pressupõe incluir e diminuir as desigualdades de emprego e renda, pode estar negligenciando o direito à educação. Tal tendência institui uma visão reducionista do tempo-espaço da EJA, compreendendo os processos escolares na perspectiva da lógica capitalista de menor custo-benefício.

A educação de jovens e adultos vêm sendo constituída ao longo do tempo e conquistando seu espaço em estudos, pesquisa e legislações, mas consideramos que diante dessa lógica de certificação, se delineia um novo desafio para a EJA. Entre estes desafios o questionamento de que a ação dos governos não poderá ser de subsidiar políticas públicas assistencialistas e de racionalidade financeira para a expansão da escolaridade dos jovens e adultos trabalhadores. Conjectura-se ser necessário investir na qualidade e universalização da Educação Básica e principalmente na EJA, subsidiando a formação específica e continuada dos profissionais da educação, a infra-estrutura dos espaços escolares, a garantia de direito à educação considerando as mudanças no mundo do trabalho, mas também a preparação para a cidadania e o desenvolvimento integral dos sujeitos. Superar esse entendimento formalista e restritivo do direito à educação, é defender os conhecimentos vivenciados, as especificidades de cada sujeito, a ressignificação das experiências e o envolvimento de todos na procura por qualidade de vida no contexto educativo e assim compreender a formação permanente para além dos conhecimentos básicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula S.; ALMEIDA, Ana Maria F. **O valor do diploma nas práticas de recrutamento de grandes empresas**. Cad. Pesqui. [online]. 2009, vol.39, n.138, pp. 939-962. ISSN 0100-1574. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742009000300013>.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista sobre educação. **Desafios Pedagógicos e Modernidade Líquida**. Cadernos de Pesquisa, v.39, n.137, p.661-668, maio/ago. 2009.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação Popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC. Lei número 4.024, 20 de dezembro de 1961

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC. Lei número 5.692, 20 de dezembro de 1971

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996

GOMES, Candido A; CAPANEMA, Clélia de F; CAMARA, Jacira da S; CABANELAS, Lakné C;. **Educação e trabalho**: representações de professores e alunos do ensino médio. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 11-26, jan./mar. 2006. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30404.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2011.

DI PIERRO, Maria Clara de. **Educação de jovens e adultos no Brasil**: questões face às políticas públicas recentes. Em Aberto, Brasília, ano 11, n. 56, p. 22-30, out./dez. 1992.

_____; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, Nov/2001.

_____. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. Educ. Soc., Out 2005, vol.26, no.92, p.1115-1139. ISSN 0101-7330

FIDALGO, Nara L. R. & FIDALGO, Fernando. Reflexos Sociais da Lógica de Competências: o processo de individualização em foco. In: FIDALGO, Nara L. R., FIDALGO, Fernando, OLIVEIRA, M. A. M. (orgs). **Educação Profissional e a Lógica das Competências**. Petrópolis: Vozes, 2007

HADDAD, Sérgio (Coord.). **Ensino supletivo no Brasil**: o estado da arte. Brasília: MEC/INEP/REDUC, 1987.

_____; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000.

_____. O Direito à Educação no Brasil. In: LIMA Jr, Jayme Benvenuto e outros (Org.) **Relatório Brasileiro sobre Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais**: meio ambiente, saúde, moradia adequada e à terra urbana, educação, trabalho,

alimentação, água e terra rural. Projeto Relatores Nacionais em DhESC. Recife, 2003c. p 201-252

_____. **A ação de governos locais na educação de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 35 maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a02v1235.pdf>> Acessado em: 20 de maio de 2009

JIMÉNEZ JÁEN, Marta. **Os docentes e a racionalização do trabalho em educação;** elementos para uma crítica da teoria da proletarização dos docentes. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 4, p. 74-90, 1991.

KUENZER, Acácia Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In.: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). **Gestão Democrática da Educação:** atuais tendências, novos desafios. 5ed. São Paulo: Cortez, 2006

_____. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In. FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.p. 55-75.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p.9-29.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar.** Cadernos de Pesquisa, n. 119, p. 175-190, julho/ 2003 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a09.pdf>>. Acesso em: 20 de maio. 2011

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, <http://www.mec.gov.br/> - último acesso 25 de dezembro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTÁTISTICAS - IBGE, <http://www.ibge.gov.br/> - último acesso em 20 de dezembro de 2011.